

# 6º PLANO DE AÇÃO NACIONAL

## OFICINAS DE COCRIAÇÃO

### TEMA 8: Participação Social com Educação Popular e Digital nos Territórios

#### 1ª Etapa: Identificação do Desafio

**PARTICIPANTES:**

NOME DA ORGANIZAÇÃO DO GOVERNO	NOME DAS(OS) PARTICIPANTE(S)	ÁREA DE ATUAÇÃO/CARGO
Secretaria Nacional de Participação Social /Secretaria-Geral da Presidência da República (Coordenador)	Thiago Teixeira	Diretoria de Educação Popular – Coordenador-Técnico
	Mario Queiroz	Diretoria de Participação Digital e Comunicação em Redes
	Ricardo Koiti Koshimisu	Gabinete
Departamento da Gestão Interfederativa e Participativa (DGIP) / Secretaria Executiva (SE)/ Ministério da Saúde (MS)	Maria Rocineide Ferreira da Silva	Coordenadora-Geral de Articulação Interfederativa e Participativa
	José Jocilson Nascimento Silva	Consultor técnico (MS/SE/DGIP)
Secretaria Nacional de Assistência Social/ Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)	Ana Carolina Souza Ferreira	Coordenadora-geral de Apoio à Gestão Descentralizada e Participação Social (Departamento de Gestão do SUAS/SNAS)
	Ana Paula Campos Braga	Coordenadora de Gestão do Trabalho e Educação Permanente (Departamento de Gestão do SUAS/SNAS)
Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (MDA)	Olivo Dambros	Diretor do Departamento de Desenvolvimento Territorial e Socioambiental
Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos (MGI)	Victor Marcelo Almeida	Assessor de Participação Social e Diversidade
Secretaria de Acesso à Justiça (SAJU)/ Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	Kelen Cristina de Oliveira	Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça e Redução de Litigiosidade

NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE	NOME DAS(OS) PARTICIPANTE(S)	ÁREA DE ATUAÇÃO/CARGO
Escola Nacional Paulo Freire	Thays Santos Carvalho	Direção política
	Teresa Maia	Pedagógico
Escola da Contag (Enfoc)	Larissa Aparecida Delfante	Analista da Escola Nacional de Formação da CONTAG - ENFOC
Nossas	Lucas Louback	Gestor de advocacy
Coalização de Direitos na Rede	Ergon Cugler de Moraes Silva	Pesquisador

Instituto Palavra Aberta	Saula Ramos	Gerente-Geral Executiva
Angola Comunicação	Catariana de Angola	Diretora Executiva
Abong	Daiane Araujo dos Santos	Assessora de projetos

## ANÁLISE DO CENÁRIO ATUAL

CENÁRIO ATUAL
Os movimentos sociais não dialogam entre si nos territórios
Precarização de acesso da população através de smartphone
Acesso a dados no celular como “universalização” do acesso, mas sem acesso significativo
Respeito às escolhas de territórios que têm outra forma de olhar o uso das tecnologias
Falta de serviços offlines (dispositivos) públicos que facilitam acesso, atualizações de tecnologias
Cultura de políticas de tecnologia/acesso voltadas somente para grandes operadoras
Planos de celular pré-pagos inclui rede sociais e não de navegação
Falta de acesso – baixa conectividade
“Dieta” informacional pobre e pouco diversa
Política Zero Rating (ex. fornecedoras de internet apenas dão acesso gratuito ao WhatsApp)
Limitações no uso das tecnologias (ex. geracional e desigualdades)
Cenário de desigualdade no acesso à internet. Precisa universalizar.
Precarização do acesso às ferramentas tecnológicas por usuários nos territórios.
Pouca/falta de formação cidadã sobre as políticas públicas
Barreiras de linguagem e cultural
Desinformação (ex. manipulação intencional do debate público e intencionalidade)
Sobrecarga de informação (ex. muita informação, infodemia, muitas plataformas de participação distintas)
Desinformação e pós-verdade
Disputa de ideias e valores
Atualmente, a desinformação como uma ação política por setores que querem aprofundar desigualdades
Educação descontextualizada e desterritorializada
Ausência de acesso(s)
Falta de entendimento sobre o impacto da inteligência artificial na educação digital
Falta de acessibilidade digital para pessoas com deficiência
Desigualdades são interseccionais
Dimensão da cultura local - Qual a linguagem? Qual comunicação?
Necessidade de instrumentos e de relações intergovernamentais que foquem a priorização da participação pelos governos
As rádios locais ainda têm muito valor, mas são pouco utilizadas pelo governo
As igrejas devem ser incluídas como organizações para debater políticas públicas
Reforço da ideia de subordinação das cidadãs à direção a uma condição de passividade em relação às políticas públicas
Temos o desafio de alterar concepção de políticas públicas: usuário para sujeito; política compensatória para emancipatória; fragmentação para integração
Falta de conhecimento de direitos e deveres
Falta de entendimento do uso da tecnologia e acesso para participação social
Ausência de soberania digital
Ações de comunicação fragmentadas
O governo dialoga pouco com as organizações de base
Comunicação governamental que não dialoga com a sociedade
Desvinculação entre governo e sociedade
As políticas públicas e os recursos (emendas parlamentares) não são construídas pela base

As políticas públicas não dialogam entre si nos territórios “cada qual por si”
Entraves de comunicação e tecnologias entre federação, estados e municípios – diferentes plataformas. Planejar comunicação entre os entes de forma soberana
Monitoramento via câmera/reconhecimento facial como encarceramento em massa da população preta
Adequação ao tipo de público que se deseja alcançar (cultura, hábitos, etc.)
Fragmentação das políticas sociais
Desorganização, escassez e inacessibilidade das informações sobre conselhos, órgãos, instâncias e mecanismos de participação social
Como conciliar participação social com alta vulnerabilidade social
Transparência nos dados de informação no nível de acesso para participação social
Faltam estratégias de educação aos multiplicadores e ao público desejado
Políticas sociais setorializadas com dificuldade de articulação
Descrença da população política como espaço de conquistas concretas para melhoria da sua vida cotidiana
Limitações de infraestrutura (ex. sem acesso a computador ou telefone smartphone)
Falta de reconhecimento da efetividade dos mecanismos e instâncias de participação social
Avançar de democracia representativa para a democracia participativa direta nos territórios
Servidores públicos despreparados para impulsionar a participação e emancipação da sociedade
As metodologias das atividades presenciais, muitas vezes, são pedagógicas, e nem sempre são participativas, de fato, com devolutiva vinculadas ao processo
Construir políticas públicas tendo as pessoas como protagonistas
Mulheres do campo acessam, mas “um celular” para o grupo
Prevalência de uma ideologia neoliberal: individualismo, meritocracia, fragmentação, enfraquecimento do tecido social
Sobrecarga de trabalho (ex. não tem cabeça livre para participar)
Existência de muitos mecanismos de participação, gerando sobrecarga informacional
Descrença da população da população na participação política como forma de conquistar melhorias concretas para sua vida no território
Combinar participação digital com participação presencial para fortalecer laços coletivos
Necessidade de formação em digital para professoras/es, que ainda têm muita necessidade nesse campo



## DEFINIÇÃO DO CENÁRIO DESEJADO

Os/as participantes foram orientados/as a apresentar o cenário desejado e a equipe de moderação, em paralelo, realizou o agrupamento por temas. Posteriormente, os/as participantes foram chamados a validar a categorização realizada. O resultado alcançado foi o seguinte:

CENÁRIO DESEJADO POR GRUPO TEMÁTICO
<b>ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA</b>
Organizações sociais fortalecidas
Redes comunitárias
Existência de estratégia coletiva, que junte as pessoas para resolver juntas seus problemas
Rede Interfederativa de comunicação adequada sobre a participação e educação popular com os movimentos sociais e sociedade civil
Organizações de base como referência de acesso às políticas públicas
Conselhos de políticas funcionando como espaços de aprofundamento democrático
Educação popular
Existência de participatórios populares digitais para fortalecer a participação social popular
Mapear rádios populares digitais para a partilha de construções – reconhecimento das redes existentes no território
Democratizar a comunicação a partir de formas alternativas como rádios comunitárias, rádios itinerantes como Radio-bike, Radio-lancha, barco
<b>AGENTES POPULARES TERRITORIAIS</b>
Agentes territoriais como facilitadores da participação social
Empoderamento da sociedade sobre as políticas públicas
Atuação integrada de agentes territoriais do governo e agentes populares da sociedade civil
Política nacional de agentes populares que contribua para a democratização da informação e acesso às políticas públicas
Agentes populares de saúde – formação de redes/Rede Nacional – vigilância popular
Lideranças femininas locais fortalecidas com acesso ao sistema de justiça e aos espaços acadêmicos
Existência de um programa de formação comum para os diferentes “tipos” de agentes populares
Formação de educação popular para a adolescentes e juventude com bolsas para permanência
Mais políticas públicas desenvolvidas pelas organizações sociais
<b>EDUCAÇÃO POPULAR E TERRITORIALIDADE</b>
Existência de espaços de compreensão e acesso das políticas públicas nos territórios
Identificação e construção de dados sobre os territórios
Empoderamento sobre políticas públicas com caravanas nos territórios
Convergência dos diferentes agentes populares (saúde, cultura, assistência social, etc.) em um espaço físico de referência nos territórios (ex. Casa da Participação Social)
Organização coletiva nos territórios fortalecida
Mapeamento dos territórios (ex.: áreas usadas pelo SUS para o uso da UBS da sua comunidade)
Organizações sociais – locais/territoriais/estaduais/nacionais – identificadas e mapeadas
Educação contextualizada sendo implementada nos planos de comunicação
Formação em educação popular para docentes – ensino fundamental; ensino médio; ensino superior
Formação em educação popular para agentes comunitários de saúde
Enraizamento das políticas públicas na perspectiva de promover a transformação da realidade local, a autonomia e a organização popular
<b>EDUCAÇÃO POPULAR, INCLUSÃO DIGITAL E HABILIDADE MIDIÁTICA</b>
Pensamento crítico e habilidades midiáticas
Acesso digital pleno e de qualidade
Inclusão digital e cidadania: informação; conhecimento; presença; fluência; produção e participação
Acesso a internet priorizada como direito, inclusive pela sua necessidade de uso para acesso à políticas públicas
Automação dos serviços para diálogo com os principais APPs utilizados por usuários
Estratégia Nacional de Combate a Desinformação, com mais ênfase nos territórios
Política Nacional de Educação Popular com ampla adesão dos estados e municípios
Servidores públicos das três esferas de governo capacitados para a promoção da participação e cidadania
Formação plena em Educação Popular, Diversidade e Acessibilidade
Conhecer para pertencer – participação dos sujeitos na construção das políticas ampliada e facilitada

Existência de ações que gerem permanência e funcionem com apoio do Estado, mas sem depender dele
<b>INSTUMENTOS/MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS</b>
Maior difusão das condições de participação, dos direitos que os cidadãos conquistaram e do processo de conquista de cada um deles
Mecanismos de participação similares ou mais unificados
Política Nacional de Participação Social transversal com amplo diálogo entre as diferentes políticas
Política pública estabelecida em transversalidade com os ministérios e entes federativos (tecnologia)
Participação que possibilite a organização popular
Participação para enraizamento de ações territorializadas
Combinação entre digital e presencial nas políticas participativas
Cidadãs mais envolvidas nos processos de participação, gerando demanda para a ampliação e qualificação desses processos
Reconhecimento e definição de uma agenda da intersectorialidade
Presença da Ouvidoria das Defensorias Públicas em todos os territórios
Diminuição do recalque social que o sistema capitalista produziu sobre as tecnologias. Paulo Freire dizia: “É importante estarmos presentes no atual momento histórico”.



## IDENTIFICAÇÃO DE BLOQUEIOS

Por meio de pergunta orientadora “Quais são os bloqueios (problemas) que dificultam a transformação do cenário atual para o desejado?”, os participantes apontaram as limitações identificadas.

BLOQUEIOS IDENTIFICADOS
Concepção restrita de participação social focada em instâncias formais de participação (conselhos, conferências, orçamento participativo, etc)
Ausência de uma estratégia de formação nas políticas públicas para criar condições de participação efetiva
Estrutura governamental fragmentada tanto dos ministérios e dentro dos ministérios
Falta de articulação entre os entes federados
Falta de vontade política e convencimento dos ministérios de maior orçamento para tracionar políticas para tecnologia na ponta
Descontinuidade de políticas públicas
Falta de metodologia dos governos para estimular a participação social

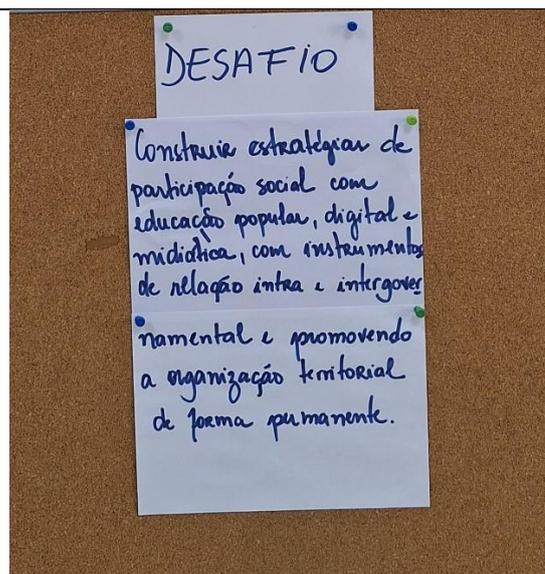
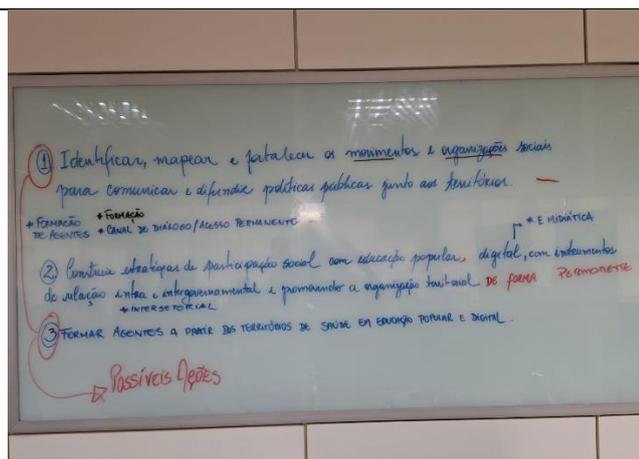
Governo usando apenas os espaços hegemônicos de comunicação para partilhar informações sobre políticas e serviços
Resistência a discussão de tecnologia em outra perspectiva que não seja a neoliberal
Falta de organização equivalente das informações sobre mecanismos e instâncias de participação social
Burocracia exacerbada
Descrença nos processos participativos e na política em geral por parte da população
Desconhecimento dos governos sobre as dinâmicas da sociedade civil
Falta de estratégia para pensar territórios menores – Milton Santos na definição de espaço de vivência ou territórios de vivência
Falta de entendimento de que a educação digital precisa caminhar, necessariamente, com a educação midiática
Falta de políticas (recursos) para fortalecer a base “como agente de mobilização e participação social”
Descrença nas instituições
Estrutura inadequada de conectividade no meio rural
Organização da participação deslocada do cotidiano e da vivência do território
Estrutura fragmentada entre os órgãos, inviabilizando ferramentas e tecnologias para uso público
Falta de recursos para infraestrutura de acessos. Política – o ministério responsável quer investir pouco
Linguagem técnica e não adequada a cada público (ex. link na bio)
Linguagem nas políticas não traduz a percepção prática pelo cidadão
Participação social ainda é vista como política de governo e não de Estado
A instituição e o instituído e a negação das instituintes
Custo elevado da articulação territorial de políticas públicas em um país com 5.570 municípios muito diversos entre si
Polissemia = Tecnologia como algo negativo
Falta de mapeamento de projetos existentes que podem apoiar a educação digital e midiática
Uso dos recursos públicos para promoção pessoal ou partidária
Dificuldade da base em saber identificar informações verdadeiras e falsas
Desinformação e descrédito nas instituições afetando a qualidade de participação
Resistência para investimento em plataformas próprias, nacionais
A concepção do “beneficiário” de políticas públicas afasta a população da participação política/social
Falta de comunicação entre as instituições governamentais
Falta de acesso à internet em muitos territórios
A contrapartida da política pública é individual e não coletiva/social (ex. delegado da conferência “beneficiário do Bolsa Família”)
Sombreamento nas competências das Secretarias e Ministérios do Governo
Jeito/maneira de permitir a construção das demandas da sociedade
Negociação política federativa com estados e municípios para operacionalizar tudo isso



## DEFINIÇÃO DO DESAFIO A SER SUPERADO

### DESAFIO

*Construir estratégias de participação social com educação popular, digital e midiática, com instrumentos de relação intra e intergovernamental e promovendo a organização territorial de forma permanente.*



## AValiação da Oficina

### AValiação

#### Que bom que...

Conseguir participar da oficina

A equipe de moderação é eficiente e capacitada

Podemos realizar este diálogo com outras áreas de políticas públicas e organizações da sociedade civil. Equipe da CGU, nota 10!

Nos encontramos! Que eram e somos diversos! Diferentes! E nos pautamos por um objetivo comum

A iniciativa de discutir educação popular a partir e com o digital

Todo mundo falou!

A metodologia e a participação

A metodologia adotada facilitou a participação, o envolvimento e a implicação de todos
A moderação foi excelente, didática, leve, fluida
Houve liberdade para poder pensar, construir e propor com liberdade
A metodologia e a mediação
A CGU trouxe uma metodologia de escuta e trabalho colaborativo, que resultou em bons produtos ao que foi proposto
A CGU conduziu tão bem a atividade
Tivemos diversidade regional, de instituições e diversidade racial
A oficina foi dinâmica na facilitação e participação
<b>Que tal se...</b>
Vocês enviarem as fotos no grupo?
Mapas territoriais de órgãos públicos para pensar estratégias focadas
Durar mais de um dia?
Tivesse uma diversidade territorial participando (ex. todas as regiões do país contempladas)?
Houvesse representação de movimento popular para ampliar a diversidade de segmentos da sociedade civil?
Tivéssemos um grupo maior?
Representantes de movimentos populares fossem convidados?
Tivesse alguma etapa/encontro intermediário online para acompanhamento?
Novos órgãos entendessem a importância dessa iniciativa e aderissem a essa construção coletiva, tornando os compromissos melhores, mais avançados e resolutivos?
Tivéssemos um controle de tempo nas falas para não ficar cansativo, repetitivo e dar oportunidade para outras pessoas?
Tivéssemos um momento com Secretarias Nacionais e/ou Ministros falando do nosso Plano?
Usássemos tecnologias de participação como o "Miro"?
<b>Que pena que...</b>
Não houve a participação de movimentos populares (2x)
Não houve contextualização do que é Educação Popular e o que é educação digital
Nem todo mundo que a gente queria pode vir
Houve pouca participação de juventudes
São só dois encontros
Vou perder a próxima oficina
Acabou!!!
Não tive a oportunidade de participar antes, pois amei e quero mais
Poucos Ministérios adotam práticas de planejamento e construção a partir da participação social

#### **OBSERVAÇÕES:**

O grupo propôs que os itens 1 e 3 apontados na primeira formulação do desafio fossem considerados como possíveis ações na próxima etapa da oficina, a saber:

- 1 – Identificar, mapear e fortalecer os movimentos e organizações sociais para comunicar e difundir políticas públicas junto aos territórios (formação de agentes, formação, canal de diálogo/acesso permanente;
- 3 – Formar agentes a partir dos territórios de saúde em Educação Popular e digital

#### **REGISTRO FOTOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES:**

